



FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
Diretoria de Administração e Gestão
Coordenação-Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças
Coordenação de Contabilidade

Notas Explicativas/Informações Contábeis da FUNAI

Órgão 30202

EXERCÍCIO
2024

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai foi instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967 sob a denominação de Fundação Nacional do Índio e passou a ter a nova denominação por força do art. 58 da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. A entidade da administração pública federal indireta, está vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, conforme Decreto nº 11.355 de 01 de janeiro de 2023 e é composta por duas diretorias finalísticas que atuam diretamente junto às comunidades indígenas e uma diretoria de suporte e gerenciamento que busca prover condições estruturais para o funcionamento da Fundação, além de um Museu e várias unidades descentralizadas. A Funai é a principal executora da política indigenista da União Federal.

As Demonstrações Contábeis são apuradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras da FUNAI, constantes da tabela abaixo:

UG	Coordenação Regional
190004	Coordenação Regional Ji Paraná
194003	Coordenação Regional de Cacoal
194004	Coordenação Regional Guajará-Mirim
194005	Coordenação Regional Alto Purus/AC
194006	Coordenação Regional Manaus
194007	Coordenação Regional Vale do Javari
194008	Coordenação Regional Rio Negro
194009	Coordenação Regional Roraima
194010	Coordenação Regional Centro Leste do Pará
194011	Coordenação Regional Baixo Tocantins
194012	Coordenação Regional Tapajós
194018	Coordenação Regional Baixo São Francisco
194019	Coordenação Regional MG e ES
194020	Coordenação Regional Campo Grande/MS
194022	Museu do Índio
194026	Coordenação Regional Guarapuava
194027	Coordenação Regional Passo Fundo/RS
194028	Coordenação Regional Cuiabá
194029	Coordenação Regional Xavante
194031	Coordenação Regional Xingu
194033	Coordenação Regional Araguaia Tocantins/TO
194035	SEDE
194036	Coordenação Regional Norte do Mato Grosso
194041	Coordenação Regional Nordeste II/CE
194042	Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira
194044	Coordenação Regional Kaypó Sul do Pará/PA
194045	Coordenação Regional Madeira
194046	Coordenação Regional Litoral Sudeste
194047	Coordenação Regional Litoral Sul

194048	Coordenação Regional Médio Purus
194049	Coordenação Regional Juruá
194061	Coordenação Regional Interior Sul
194063	Coordenação Regional Alto Solimões
194064	Coordenação Regional Dourados
194067	Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso
194068	Coordenação Regional Sul da Bahia
194074	Coordenação Regional Maranhão
194075	Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará
194077	Coordenação Regional Nordeste 1
194079	Coordenação Regional João Pessoa
194085	Coordenação Regional Ponta Porã
194088	Unidade Orçamentária
194151	Diretoria de Proteção Territorial
194152	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

1.2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis (DCONs) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI são elaboradas observando as normas vigentes no Brasil, Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 – LRF, Decreto Lei 200/1967 – Decreto 93.872/1986, Lei 10.180/2001, e as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As Notas Explicativas da FUNAI são elaboradas a partir da análise dos demonstrativos: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

1.3 Balanço Patrimonial (Anual - 2024)

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	102.167.419,21	41.794.516,19	PASSIVO CIRCULANTE	100.869.350,85	99.867.480,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	37.750.288,86	36.991.969,99	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	57.688.722,14	55.775.665,69
Créditos a Curto Prazo	63.979.174,12	4.359.816,60	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	63.979.174,12	4.359.816,60	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	967.473,50	2.122.398,70
Demais Créditos e Valores	63.979.174,12	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	437.956,23	442.729,60	Demais Obrigações a Curto Prazo	42.213.155,21	41.969.415,74
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	259.209.299.794,08	258.612.862.589,99	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	48.538.418,91	14.169.587,72	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	48.538.418,91	14.169.587,72	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	8.454.041,39	9.640.742,33	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	8.454.041,39	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	40.084.377,52	4.528.845,39	Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	40.084.377,52	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	100.869.350,85	99.867.480,13
Estoques	-	-			
Investimentos	692,10	692,10			
Participações Permanentes	73,64	73,64	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,35	0,35	ESPECIFICAÇÃO		
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	73,29	73,29	2024	2023	
Propriedades para Investimento	-	-	PATRIMÔNIO Social e Capital Social		
Propriedades para Investimento	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Capital		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	153.884.559.566,95	153.883.804.155,44	
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46	Resultados Acumulados		
Demais Investimentos Permanentes	618,46	618,46	Resultado do Exercício		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	105.326.038.295,49	104.670.985.470,61	
			Resultado de Exercícios Anteriores		
Imobilizado	259.153.549.303,52	258.591.480.930,62	Ajustes de Exercícios Anteriores		
Bens Móveis	220.090.316,67	177.347.431,58	14.516.828,00	-530.221,40	
Bens Móveis	327.630.664,71	280.235.414,53	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-107.540.348,04	-102.887.982,95	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	259.210.597.862,44	258.554.789.626,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	258.933.458.986,85	258.414.833.499,04			
Bens Imóveis	258.933.872.363,43	258.414.453.343,10			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-413.376,58	-319.844,06			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	7.211.379,55	7.211.379,55			
Softwares	7.936.115,7	7.936.115,7			
Softwares	7.936.115,7	7.936.115,7			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	17.767,98	17.767,98			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	259.311.467.213,29	258.654.657.106,18	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	259.311.467.213,29	258.654.657.106,18

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	37.844.042,85	37.069.796,98	PASSIVO FINANCEIRO	493.270.654,49	253.757.798,03
ATIVO PERMANENTE	259.273.623.170,44	258.617.587.309,20	PASSIVO PERMANENTE	51.136.803,71	55.932.752,41
			SALDO PATRIMONIAL	258.767.059.755,09	258.344.966.555,74

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	121.554.308,62	15.777.323,40	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	1.131.680.707,24	458.864.232,70
Atos Potenciais Ativos	12.154.308,62	15.777.323,40	Atos Potenciais Passivos	1.131.680.707,24	458.864.232,70
Garantias e Contragarantias Recebidas	17.266.096,82	2.990.289,45	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros	104.270.211,80	12.769.033,95	Obrigações Conveniadas e Outros	28.840.539,35	4.558.702,40
Direitos Contratuais	18.000,00	18.000,00	Obrigações Contratuais	1.102.840.167,89	454.305.530,30
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	121.554.308,62	15.777.323,40	TOTAL	1.131.680.707,24	458.864.232,70

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-445.711.656,36
Recursos Vinculados			-9.714.955,28
Educação			-1026.598,70
Seguridade Social (Exceto Previdência)			-2.425.742,74
Previdência Social (RPPS)			-374.412,51
Dívida Pública			-7.727.625,85
Fundos, Órgãos e Programas			1839.424,52
TOTAL			-455.426.611,64

1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP (Anual - 2024)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.277.148.057,26	1.596.242.140,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	80,54	1.403,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	80,54	1.403,02
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.702.780.310,18	1.319.107.833,19
Transferências Intragovernamentais	1.689.717.891,52	1.311.792.848,72
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.062.418,66	7.314.984,47
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	572.496.523,73	273.919.216,67
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	550.401.159,04	266.016.401,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	22.095.364,69	7.902.814,99
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.871.142,81	3.213.687,26
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.871.142,81	3.213.687,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.636.611.415,18	1.363.160.575,14
Pessoal e Encargos	235.626.209,15	232.802.827,10
Remuneração a Pessoal	174.102.654,28	180.085.863,44
Encargos Patronais	36.736.838,35	37.007.342,87
Benefícios a Pessoal	15.002.617,02	12.880.171,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	9.784.099,50	2.829.449,58
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	239.258.319,80	240.740.854,77
Aposentadorias e Reformas	179.153.857,14	184.292.048,99
Pensões	56.136.369,99	53.517.024,39
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.968.092,67	2.931.781,39
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	258.772.564,81	198.848.480,34
Uso de Material de Consumo	29.921.228,53	29.971.854,78
Serviços	219.926.814,54	158.988.560,01
Depreciação, Amortização e Exaustão	8.924.521,74	9.888.065,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	506.752,26	409.987,61
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	506.752,26	409.987,61
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	865.657.626,73	659.059.297,92
Transferências Intragovernamentais	856.616.197,21	653.022.242,34
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.041.429,52	6.037.055,58
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	22.318.860,60	18.354.768,33
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	113.301,56
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	659.021,09	631.241,58
Incorporação de Passivos	17.185.962,43	15.703.062,86
Desincorporação de Ativos	4.473.877,08	1.907.162,33
Tributárias	363.248,92	912.872,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	264.254,91	774.724,29
Contribuições	98.994,01	138.148,68
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.107.832,91	12.031.486,10
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.107.832,91	12.031.486,10
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	640.536.642,08	233.081.565,00

1.5 Balanço Orçamentário (Anual - 2024)

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	315.313,00	315.313,00	954.566,16	639.253,16
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	315.313,00	315.313,00	954.566,16	639.253,16
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.942,00	17.942,00	-	-17.942,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	231.796,00	231.796,00	204.294,33	-27.501,67
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	65.575,00	65.575,00	750.271,83	684.696,83
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	315.313,00	315.313,00	954.566,16	639.253,16
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	315.313,00	315.313,00	954.566,16	639.253,16
DEFICIT	-	-	1.094.255.607,80	1.094.255.607,80
TOTAL	315.313,00	315.313,00	1.095.210.173,96	1.094.894.860,96
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	350.323.280,00	-	-350.323.280,00
Superavit Financeiro	-	251.600.136,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	98.723.144,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	709.619.670,00	1.030.183.630,00	1.040.691.901,68	740.527.231,19	693.395.502,97	-10.508.271,68
Pessoal e Encargos Sociais	418.356.058,00	470.173.232,00	470.173.232,00	461.568.830,80	419.695.141,91	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	291.263.612,00	560.010.398,00	570.518.669,68	278.958.400,39	273.700.361,06	-10.508.271,68
DESPESAS DE CAPITAL	25.896.645,00	55.655.965,00	54.518.272,28	14.464.225,91	14.386.044,66	1.137.692,72
Investimentos	21.550.157,00	49.947.477,00	48.810.762,06	11.627.155,47	11.548.974,22	1.136.714,94
Inversões Financeiras	4.346.488,00	5.708.488,00	5.707.510,22	2.837.070,44	2.837.070,44	977,78
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	735.516.315,00	1.085.839.595,00	1.095.210.173,96	754.991.457,10	707.781.547,63	-9.370.578,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	735.516.315,00	1.085.839.595,00	1.095.210.173,96	754.991.457,10	707.781.547,63	-9.370.578,96
TOTAL	735.516.315,00	1.085.839.595,00	1.095.210.173,96	754.991.457,10	707.781.547,63	-9.370.578,96

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	14.574.311,69	156.807.448,73	58.030.060,24	57.527.163,00	21.324.729,43	92.529.867,99
Pessoal e Encargos Sociais	2.685.983,25	6.385.528,70	581.003,85	581.003,85	2.685.983,25	5.804.524,85
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.888.328,44	150.421.920,03	57.449.056,39	56.946.159,15	18.638.746,18	86.725.343,14
DESPESAS DE CAPITAL	2.576.831,46	35.864.478,43	26.932.954,75	26.900.865,34	215.935,40	11.324.509,15
Investimentos	1.328.237,07	31.254.683,43	21.074.565,36	21.042.475,95	215.935,40	11.324.509,15
Inversões Financeiras	1.248.594,39	4.609.795,00	5.858.389,39	5.858.389,39	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.151.143,15	192.671.927,16	84.963.014,99	84.428.028,34	21.540.664,83	103.854.377,14

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	382.468,54	43.180.659,55	42.630.621,77	113.453,56	819.052,76
Pessoal e Encargos Sociais	16.177,66	38.284.096,03	37.885.834,48	80.170,07	334.269,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	366.290,88	4.896.563,52	4.744.787,29	33.283,49	484.783,62
DESPESAS DE CAPITAL	305.635,77	9.000,00	9.000,00	-	305.635,77
Investimentos	305.635,77	9.000,00	9.000,00	-	305.635,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	688.104,31	43.189.659,55	42.639.621,77	113.453,56	1.124.688,53

1.6 Balanço Financeiro (Anual - 2024)

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	954.566,16	285.140,37	Despesas Orçamentárias	1.095.210.173,96	816.385.571,08
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.032.144.509,62	561.079.193,00
Vinculadas	954.569,39	298.388,50	Vinculadas	63.065.664,34	255.306.378,08
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	4.139.029,54	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	954.569,39	298.388,50	Seguridade Social (Exceto Previdência)	250.403,00	206.370.276,91
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3,23	-13.248,13	Previdência Social (RPPS)	58.108.611,00	-
			Dívida Pública	-	48.926.577,97
			Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e	567.620,80	9.523,20
Transferências Financeiras Recebidas	1.689.717.891,52	1.311.792.848,72	Transferências Financeiras Concedidas	856.616.197,21	652.894.046,33
Resultantes da Execução Orçamentária	1.530.574.922,66	1.241.495.143,34	Resultantes da Execução Orçamentária	776.202.828,93	617.990.616,29
Repasse Recebido	783.223.051,35	624.395.603,09	Repasse Concedido	28.850.957,62	891.076,04
Sub-repasse Recebido	745.241.079,24	617.099.540,25	Sub-repasse Concedido	745.241.079,24	617.099.540,25
Sub-repasse Devolvido	2.110.792,07	-	Sub-repasse Devolvido	2.110.792,07	-
Independentes da Execução Orçamentária	159.142.968,86	70.297.705,38	Independentes da Execução Orçamentária	80.413.368,28	34.903.430,04
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	145.255.590,55	63.916.005,98	Transferências Concedidas para	77.133.424,42	34.233.990,71
			Pagamento de RP	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	13.887.378,31	6.381.699,40	Demais Transferências Concedidas	2.102.601,01	-
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.177.342,85	669.439,33
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	389.212.931,37	238.518.624,09	Pagamentos Extraorçamentários	127.300.699,01	76.670.053,87
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	47.209.909,47	43.174.021,31	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	42.639.621,77	30.099.054,82
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	340.218.716,86	192.671.927,16	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	84.428.028,34	44.441.449,76
			Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	945.293,54	2.056.158,97	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	122.953,03	2.030.210,09
Outros Recebimentos Extraorçamentários	839.011,50	616.516,65	Outros Pagamentos Extraorçamentários	110.095,87	99.339,20
Arrecadação de Outra Unidade	839.011,50	616.516,65	Valores Compensados	57.700,50	-
			Demais Pagamentos	52.395,37	99.339,20
Saldo do Exercício Anterior	36.991.969,99	32.345.028,09	Saldo para o Exercício Seguinte	37.750.288,86	36.991.969,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	36.991.969,99	32.345.028,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	37.750.288,86	36.991.969,99
TOTAL	2.116.877.359,04	1.582.941.641,27	TOTAL	2.116.877.359,04	1.582.941.641,27

1.7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Anual - 2024)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	42.054.228,87	17.431.960,87
INGRESSOS	1.692.456.762,72	1.314.750.664,71
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	954.566,16	285.140,37
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.691.502.196,56	1.314.465.524,34
Ingressos Extraorçamentários	945.293,54	2.056.158,97
Transferências Financeiras Recebidas	1.689.717.891,52	1.311.792.848,72
Arrecadação de Outra Unidade	839.011,50	616.516,65
DESEMBOLSOS	-1.650.402.533,85	-1.297.318.703,84
Pessoal e Demais Despesas	-756.892.329,79	-605.291.917,94
Legislativo	-	-
Judiciário	-5.714,10	-3.960,00
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-41.363,90	-1.946.165,96
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-1.050.791,71	-1.747.283,08
Previdência Social	-242.172.557,65	-208.482.952,86
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.106.368,44	-
Cultura	-6.539,50	-14.078,31
Direitos da Cidadania	-510.061.372,28	-392.869.304,78
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-9.523,20
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-136.261,89	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-311.360,32	-218.649,75
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-36.660.957,95	-37.003.190,28
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-36.660.957,95	-37.003.190,28
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-856.849.246,11	-655.023.595,62
Dispêndios Extraorçamentários	-122.953,03	-2.030.210,09
Transferências Financeiras Concedidas	-856.616.197,21	-652.894.046,33
Valores Compensados	-57.700,50	-
Demais Pagamentos	-52.395,37	-99.339,20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-41.295.910,00	-12.785.018,97
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-41.295.910,00	-12.785.018,97
Aquisição de Ativo Não Circulante	-41.295.910,00	-12.785.018,97
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	758.318,87	4.646.941,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	36.991.969,99	32.345.028,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	37.750.288,86	36.991.969,99

1.8 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

A FUNAI adota os critérios contábeis baseados nas normas contábeis estabelecidas pelo PCASP:

a) **Moeda funcional**

A moeda funcional da FUNAI é o Real.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

c) **Créditos a curto e longo prazo**

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, corresponde a valores de bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

d) **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção e ficam sujeitos à depreciação ou amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Os procedimentos contábeis estão descritos no Manual Siafi macrofunção 02.03.30 e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

e) **Depreciação de bens móveis e intangíveis**

A base de cálculo para contabilização da depreciação e da amortização é o custo do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional e o método utilizado é o das **quotas constantes**. *Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fundações.*

f) **Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis, conforme *Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

g) **Apuração do Resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

II. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do Órgão. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

2 NOTAS EXPLICATIVAS – NE’s – (Exercício de 2024)

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2024	31/12/2023
Limite de Saque	36.930.507	36.991.638
Demais Contas	819.782	332
Total	37.750.289	36.991.970

Circulante	36.930.507	36.991.970
Não Circulante	-	-

1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa – FUNAI

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A disponibilidade de caixa refere-se ao limite de saque com vinculação de pagamento, predominantemente, para custear a folha de pagamento de pessoal.

O montante dos recursos de limite de saque de pagamento é oriundo do Tesouro Nacional. A variação de 2,01% (R\$ 758.319,00) do exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023, não se apresenta relevante considerando que não se trata de recurso discricionário. A dinâmica destas contas busca atender demandas diárias de pagamento do Órgão, cuja movimentação varia de acordo com a disponibilização de limites pelo Tesouro Nacional e os pagamentos efetuados por cada Unidade Gestora vinculada.

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Dívida Ativa

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis

O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, corresponde a valores de bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

2.1.1 Dívida Ativa – FUNAI

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. É uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo. Não se confunde com a dívida pública, uma vez que esta representa as obrigações do ente público com terceiros e é reconhecida contabilmente no passivo.

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	31/12/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Dívida Ativa Não Tributária	8.454.041	9.640.742	-12%	100%
Subtotal	8.454.041	9.640.742	-12%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	0%	0%
Total	8.454.041	9.640.742	-12%	100%

Circulante	-	-
Não Circulante	8.454.041	9.640.742

Os valores de Dívida Ativa Não Tributária registrados são históricos, decorrentes de haveres da instituição oriundos de: acerto financeiro com servidor/ex-servidor, resultado de Tomada de Contas Especial - TCE relativa a transferências voluntárias, bem como, pendências financeiras relativas a obrigações contratuais com terceiros.

Houve diminuição de R\$ 1.186.701,00 (14%) do exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023, devido a baixas pelo pagamento de parcelas negociadas pelo devedor, bem como, baixas por prescrição referentes a processos judiciais de reposição ao erário.

2.2 Demais Créditos

2.2.1 Demais Créditos – FUNAI

Referem-se a despesas decorrentes de folha de pagamento de pessoal registrados em contas de natureza transitória; como também, créditos por cessão de pessoal para outras entidades; créditos decorrentes de acertos financeiros com servidor/ex-servidor; créditos decorrentes de descumprimento de cláusulas contratuais.

O valor de R\$ 28.158.391,00 na conta Adiantamento TED (11.382.38.00) refere-se, predominantemente, às transferências para atender projetos voltados ao atendimento às comunidades indígenas na terra Yanomami.

O saldo da conta Depósitos Judiciais Efetuados (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - 12.121.06.03 e 12.121.06.05 Deposito Efetuado p/ interposição de recursos) é composto por despesas com indenizações por benfeitorias em terras indígenas, desapropriação de interesse social e constituição de reserva indígena.

Demais Créditos e Valores	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Adiantamento Concedidos a Pessoal	34.670.658	3.564.495	100%	33%
Adiantamento TED	28.158.391	-	100%	27%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	38.799.778	3.243.143	1096%	37%
Demais	2.434.726	2.081.024	17%	2%
Subtotal	104.063.552	8.888.662	1071%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-		
Total	104.063.552	8.888.662	1071%	100%
Circulante	63.979.174	4.359.817		
Não Circulante	40.084.378	4.528.845		

NOTA 03 - IMOBILIZADO

3.1 Imobilizado - FUNAI

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

A reavaliação de bens móveis deve ocorrer em cumprimento à Resolução CFC 1.137/2008 que aprovou a NBCT 16.10, bem como, a Macrofunção SIAFI 02.03.35 (reavaliação e redução ao valor recuperável).

No entanto, nos exercícios de 2024 e 2023, não houve registro de reavaliação por parte das unidades gestoras dos bens. Com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS nas unidades, a responsabilidade pela reavaliação do patrimônio passou a ser das unidades regionais que, por sua vez, demandam a criação de comissões especiais, envolvendo a unidade central para acompanhamento e orientações. Desse modo, considerando que os bens móveis não foram reavaliados, não é possível atestar a efetiva integralidade da situação patrimonial, em razão da defasagem de sua atualização.

Os Bens Imóveis da FUNAI representam 99% do total do ativo, constituído, predominantemente, por fazendas, parques e reservas.

Imobilizado	31/12/2024	31/12/2023
Custo	327.630.665	280.235.415
(-) Depreciação	- 107.540.348	- 102.887.983
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-
Bens Móveis	220.090.317	177.347.432
Custo	258.933.872.363	258.414.453.343
(-) Depreciação	- 413.377	- 319.844
(-) Amortização	-	-
Bens Imóveis	258.933.458.987	258.414.133.499
Total	259.153.549.304	258.591.480.931
Circulante	-	-
Não Circulante	259.153.549.304	258.591.480.931

A variação do exercício de 2024 em relação a dezembro de 2023, quanto aos bens móveis, decorre, em parte, de aquisições, bem como, ajustes contábeis necessários à regularização patrimonial após realização de inventário físico em algumas Unidades Descentralizadas.

A variação do mês de dezembro de 2024 em relação a dezembro de 2023, quanto aos bens imobilizados, refere-se na sua maioria à incorporação de bens imóveis (terras Indígenas), incorporação de imóveis de uso especial, registrados no SPIUNET.

NOTA 04 - DEMAIS OBRIGAÇÕES

4.1 Demais Obrigações - FUNAI

As Transferências financeiras a comprovar - TED originaram-se de recursos recebidos pela FUNAI de outros órgãos e que estão em fase de prestação de contas, outra parte, está em fase de aprovação pela concedente. A variação diminutiva de R\$ 4.902.321,00 no exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023 refere-se ao registro, por parte da concedente, da comprovação da prestação de contas apresentada.

Os valores registrados em consignações referem-se a tributos, na sua maioria, a folha de pagamento de pessoal, cuja obrigação é regularizada no mês subsequente à sua competência.

Demais Obrigações	31/12/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Consignações	21.092.808	16.834.573	25%	50%
TED	20.003.408	24.905.729	-20%	47%
Demais	1.116.939	229.114	388%	3%
Total	42.213.155	41.969.416	1%	100%

Circulante	42.213.155	41.969.416
Não Circulante	-	-

NOTA 05 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Demais Reservas - FUNAI

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido: patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos.

No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho das entidades do setor público.

A reserva de reavaliação compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo e o valor anterior (custo original mais eventuais reavaliações anteriores), nos casos permitidos pela legislação vigente.

Consoante as disposições estabelecidas na NBC TSP7 – Ativo Imobilizado, item 44, após o reconhecimento inicial do ativo, a sua mensuração ao longo do tempo deve corresponder ao valor justo na data da reavaliação do bem, diminuída da depreciação acumulada ou da perda por redução ao valor recuperável. Além disso, a referida norma orienta que se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude de reavaliação, o registro deve ser feito à conta de reserva de reavaliação (item 55). O Órgão Central de Contabilidade implementou uma mudança na forma como essas reavaliações são contabilizadas, resultando no reconhecimento não mais no resultado, mas sim na conta de reserva no Patrimônio Líquido.

PL	31/12/2024	31/12/2023
Reserva de Reavaliação	153.884.559.567	153.883.804.155
Total	153.884.559.567	153.883.804.155

A variação da reserva de reavaliação do exercício de 2024 em relação ao exercício de 2023 refere-se a transferência do saldo de 2023 mais o resultado da apuração do exercício de 2024 menos o somatório dos ajustes promovidos conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024 - Plenário.

NOTA 06 – RESULTADO PATRIMONIAL

6.1 Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A Lei 4.320/64 estabelece diretrizes para a gestão financeira das instituições públicas, abordando a valorização de ativos e a desincorporação de passivos. A valorização e ganhos com ativos refere-se ao aumento do valor dos bens e direitos da instituição, que deve ser registrado na contabilidade para refletir a real situação patrimonial. Por outro lado, a desincorporação de passivos envolve a redução ou eliminação de obrigações financeiras, como dívidas, que também deve ser contabilizada adequadamente.

CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO CONTA CONTÁBIL	DEZ/2024	DEZ/2023
463910100	OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVO	517.960.931,55	266.016.401,68

A variação do valor de outros ganhos no exercício de 2024 no valor de R\$ 517.960.931,55, refere-se à incorporação de bens imóveis (terras Indígenas), incorporação de imóveis de uso especial, registrados no SPIUNET, aquisição de bens de consumo, bem como ajuste de valor de bens para correção e outros por reavaliação, no decorrer do exercício de 2024.